

**OS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS
DO MUNICÍPIO DE NEPOMUCENO-MG SEGUNDO AS
CATEGORIAS DE HUGHES LAMARCHE¹**

Lucas Guedes Vilas Boas

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), Unidade
Nepomuceno

orcid.org/0000-0003-3189-0520

E-mail: lucasgvb1991@hotmail.com

DOI: 10.35416/geoatos.v3i18.7672

Resumo

Hughes Lamarche definiu quatro modelos teóricos de funcionamento dos estabelecimentos agrícolas por meio de critérios, como: a administração do imóvel, a mão de obra empregada, o direcionamento da produção, e a dependência tecnológica, financeira e mercantil. Embora não sejam absolutos, esses modelos permitem estudar a realidade agrária de determinados espaços. Destarte, o artigo analisa os estabelecimentos agropecuários de Nepomuceno com base nas categorias estabelecidas por Lamarche. O município está localizado na região de planejamento Sul de Minas e possui aproximadamente 27 mil habitantes. Os procedimentos metodológicos adotados foram a pesquisa bibliográfica, a análise documental, o trabalho de campo e as entrevistas semiestruturadas. Assim, observou-se que a maioria dos estabelecimentos agrícolas municipais podem ser classificados na categoria agricultura familiar moderna, uma vez que, a despeito da participação familiar, estão muito integrados e dependentes ao mercado capitalista.

Palavras-chave: Estabelecimentos Agropecuários; Hughes Lamarche; Participação Familiar; Dependência Mercantil; Nepomuceno-MG.

**THE AGRICULTURAL ESTABLISHMENTS OF NEPOMUCENO-MG
ACCORDING TO THE CATEGORIES OF HUGHES LAMARCHE**

Abstract

Hughes Lamarche defined four theoretical models for the functioning of agricultural establishments by means of criteria, such as: establishment management, labor employed, destination of production, and technological, financial and market dependence. While are not absolute, these models make it possible to study the agrarian reality of certain spaces. Thus, the article analyzes the Nepomuceno's agricultural establishments based on the categories established by Lamarche. The municipality is located in the Sul de Minas planning region and has approximately 27 thousand inhabitants. The methodological procedures adopted were bibliographic research, document analysis, fieldwork and semi-structured interviews. Thus, it was observed that most municipal agricultural establishments can be classified in the category of modern family farming, since, despite family participation, they are very integrated and dependent on the capitalista market.

¹ Este artigo é parte da tese de doutorado apresentada e defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais no ano de 2019.

Keywords: Agricultural Establishments; Hughes Lamarche; Family Participation; Market Dependence; Nepomuceno-MG.

LOS ESTABLECIMIENTOS AGROPECUARIOS DEL MUNICIPIO DE NEPOMUCENO-MG SEGUN LAS CATEGORÍAS DE HUGHES LAMARCHE

Resumen

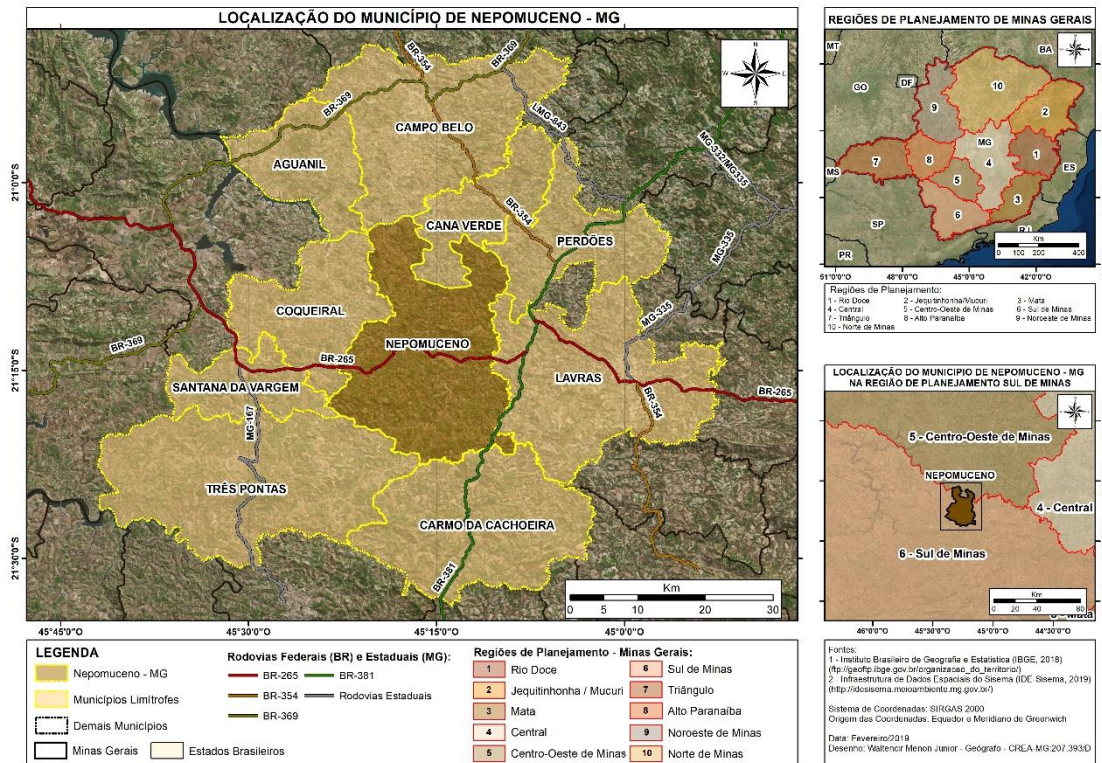
Hughes Lamarche definió cuatro modelos teóricos de funcionamiento de los establecimientos agrícolas por medio de criterios, tales como: administración del establecimiento, mano de obra empleada, el destino de producción y dependencia tecnológica, financiera y de mercado. Aunque no sean absolutos, estos modelos permiten estudiar la realidad agraria de ciertos espacios. De esta manera, el artículo analiza los establecimientos agropecuarios de Nepomuceno basado en las categorías establecidas por Lamarche. El municipio está localizado en la región de planeamiento Sul de Minas y tiene aproximadamente 27 mil habitantes. Los procedimientos metodológicos adoptados fueron investigación bibliográfica, análisis de documentos, trabajo de campo y entrevistas semiestructuradas. Así, se observó que la mayoría de los establecimientos agrícolas municipales pueden ser clasificados en la categoría agricultura familiar moderna, ya que, a pesar de la participación familiar, están muy integrados y dependen del mercado capitalista.

Palabras-clave: Establecimientos Agropecuarios; Hughes Lamarche; Participación Familiar; Dependencia Mercantil; Nepomuceno-MG.

Introdução

O município de Nepomuceno está situado na região de planejamento Sul de Minas (Figura 01), a 241 quilômetros de Belo Horizonte, e possui aproximadamente 27 mil habitantes. Sua economia está baseada na agropecuária, com destaque para a cafeicultura. As características climáticas, pedológicas e geomorfológicas do município favoreceram o êxito das lavouras cafeeiras. Ademais, a chegada de italianos, oriundos principalmente do estado de São Paulo, contribuiu para o desenvolvimento dos cafezais, uma vez que já conheciam as técnicas de cultivo da rubiácea.

Figura 01: Mapa de Localização do Município de Nepomuceno-MG



A tipologia dos modelos de funcionamento dos estabelecimentos agrícolas desenvolvida por Lamarche (1993 [1991]; 2008 [1994]) subsidiou o estudo da diversidade de formas de agricultura presentes em Nepomuceno. Hugues Lamarche foi um sociólogo francês que se dedicou principalmente ao estudo da agricultura familiar. Foi professor da Universidade de Paris X-Nanterre, pesquisador e diretor do *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS). As obras que serviram como base para a realização do presente estudo foram escritas originalmente em 1991 e 1994, com os seguintes títulos traduzidos para o português, respectivamente: *Agricultura Familiar: Comparação Internacional. Volume I: Uma realidade multiforme* e *Agricultura familiar: Comparação Internacional. Volume I – Do mito à realidade*. Durante a pesquisa de cunho qualitativo que coordenou, mais de 600 agricultores de 5 países – Brasil, Canadá, França, Polônia e Tunísia – foram entrevistados. Lamarche (1993 [1991]; 2008 [1994]) estabeleceu modelos teóricos de funcionamento dos estabelecimentos agropecuários de acordo com o nível de integração ao mercado e a participação familiar na administração e no trabalho realizado.

Destarte, o autor investigou as distintas táticas de reprodução social dos agricultores familiares, sua relação com a terra, seus sistemas de valores e de representação, as estruturas fundiárias e suas formas e estratégias de produção, com ênfase na questão da dependência financeira, tecnológica e mercantil. Embora sua classificação tenha caráter teórico, possui suma importância aos estudos agrários, em virtude da densidade da pesquisa realizada e de seu trabalho de campo. Ademais, possibilita a categorização de um grupo tão vasto como a agricultura familiar, classificação esta que pode ser aplicada a distintos contextos, uma vez que analisou diferentes conjunturas socioespaciais. Os critérios empregados em sua tipologia enfatizam questões relevantes sobre os estabelecimentos agropecuários, como a gestão do imóvel e as relações de trabalho e de produção.

Assim, os estabelecimentos agropecuários do município foram analisados, com ênfase em alguns aspectos, como: a mão de obra utilizada, as relações de trabalho e de produção, a aquisição de crédito e empréstimos, o emprego de insumos agroquímicos e máquinas agrícolas, a produção voltada ao autoconsumo e a gestão do imóvel.

Metodologia

Os procedimentos metodológicos empregados durante o estudo foram a pesquisa bibliográfica e o trabalho de campo, o qual foi realizado em 60 propriedades agrícolas do município, entre os meses de março de 2016 e março de 2019. A análise documental enfocou dados do Censo Agropecuário de 2017 disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foram efetuadas entrevistas semiestruturadas em todos os estabelecimentos visitados, as quais se concentraram em aspectos vinculados às relações de produção, à dependência financeira, tecnologia e comercial, à existência de arrendamentos, à participação familiar na administração do estabelecimento e na força de trabalho empregada, ao direcionamento da produção, entre outros.

Desenvolvimento

Diversidade e Principais Características da Agricultura Familiar

Com base na lei n.º 11.326, promulgada em 24 de julho de 2006, a área total do estabelecimento agropecuário classificado como agricultura familiar não pode superar os

quatro módulos fiscais. Segundo a lei nº 6.746 de 10 de dezembro de 1979, a qual modifica a lei nº 4.504 do Estatuto da Terra, o módulo fiscal corresponde à menor área necessária para a viabilidade do uso e da exploração econômica de uma propriedade em determinado município. Os principais critérios que determinam o valor em hectares do módulo fiscal para cada município são: o tipo de uso e exploração da terra (cultura permanente, cultura temporária, hortifrutigranjeira, pecuária ou florestal) predominante em âmbito municipal, a renda auferida com essa atividade, outras atividades exploratórias secundárias, as quais devem ter importância em virtude dos rendimentos logrados e/ou da área ocupada (BRASIL, 1979).

Ademais, a administração da propriedade e a mão de obra predominante precisam ser familiares e a maioria da renda monetária deve ser oriunda do estabelecimento. De acordo com a legislação, indígenas, aquicultores, pescadores artesanais, silvicultores, extrativistas (exceto fiscoiros e garimpeiros), quilombolas e demais povos tradicionais que atendam aos critérios legais também são considerados como agricultores familiares e, portanto, podem usufruir dos financiamentos ofertados pelo PRONAF (BRASIL, 2006).

Assim sendo, os quatro modelos de funcionamento das unidades de produção agrícola estabelecidos por Lamarche (2008 [1994]) foram utilizados neste estudo para a compreensão da agricultura familiar nepomucenense. Considerando a diversidade de formas de produção e trabalho e de modos de vida englobadas pela expressão agricultura familiar, a classificação do autor possibilita a diferenciação das distintas formas de agricultura existentes no município de Nepomuceno. Nesta esfera, Lamarche (1993 [1991]; 2008 [1994]) considera exploração familiar todas as unidades de produção agrícola que coadunem propriedade e trabalho intensamente vinculados à lógica familiar.

O estudo de Lamarche (1993 [1991]; 2008 [1994]) ressalta a predominância da mão de obra familiar enquanto estratégia e a busca incessante dos agricultores familiares pelo acesso estável à terra, mesmo onde há a presença do trabalho contratado. Além disso, o autor compreende que a agricultura familiar é formada por uma diversidade de situações nas quais opera a lógica familiar, evidenciando sua vasta heterogeneidade e uma enorme capacidade de adaptação das explorações familiares em diversos países.

Diferentemente de Lamarche (2008 [1994]), Navarro (2010) afirma que os agricultores familiares são produtores rurais integrados a mercados completos. No bojo da agricultura familiar, o autor propõe subdivisões internas de acordo com a sociabilidade

capitalista, ou seja, conforme o grau de integração aos mercados e as oscilações decorrentes das diversas possibilidades e formas de agricultura. Essas subdivisões variariam segundo alguns parâmetros, como as atividades agropecuárias exercidas, os diferentes ecossistemas, a distância em relação aos mercados consumidores, os distintos padrões demográficos e a integração às cadeias produtivas (NAVARRO, 2010).

Sob esse prisma, a proposta de categorização da agricultura familiar arquitetada por Navarro (2010) possui traços semelhantes à classificação dos estabelecimentos agrícolas realizada por Lamarche (2008 [1994]), uma vez que ambas são baseadas no nível de integração e de dependência frente ao mercado. Lamarche (2008 [1994]) esquematiza sua tipologia de estabelecimentos agrícolas através dos fatores familiares e dos elementos de dependência que caracterizam o funcionamento dos imóveis agrícolas. Neste contexto, afirma que há distintas formas familiares de funcionamento das propriedades agrícolas. Para o autor, a terra, o trabalho e a reprodução familiar do estabelecimento são os elementos que indicam a intensidade da lógica familiar nos imóveis agrícolas. Navarro (2010) afirma que há uma grande diferenciação social entre os subgrupos de agricultores familiares. Tais dessemelhanças acontecem nas características vinculadas ao mercado, mas também em aspectos qualitativos, atrelados à racionalidade dos produtores, aos seus modos de vida, às suas culturas e às suas visões de mundo.

Concernente à terra, Lamarche (2008 [1994]) considera questões relativas à propriedade fundiária familiar, à importância atribuída à posse da terra e ao apego à mesma. No tocante ao campesinato, Lamarche (2008 [1994]) afirma que seus membros consideram a terra como patrimônio familiar. Já a agricultura familiar empresarial, a concebe como instrumento de trabalho, enquanto a agricultura empresarial vê a terra como objeto de especulação fundiária, visando principalmente o lucro.

Quanto à organização do trabalho, a intensidade da lógica familiar no imóvel agrícola aumenta conforme é ampliada a participação familiar no total da carga de trabalho da propriedade. Com relação à reprodução familiar do estabelecimento, Lamarche (2008 [1994]) analisa especialmente os aspectos priorizados pelo agricultor, isto é, se ele direciona esforços e recursos à estrutura produtiva do imóvel agrícola ou a outras finalidades, como moradia e lazer.

Para Lamarche (2008 [1994]), o grau de dependência indica a dimensão do entrelaçamento entre o agricultor familiar e a economia de mercado. De acordo com o

sociólogo, existem três tipos de dependência. A dependência tecnológica abarca o emprego de agrotóxicos e fertilizantes químicos, entre outros insumos, e as técnicas urbano-industriais presentes na agricultura. Destarte, pode-se afirmar que as modificações trazidas pela Revolução Verde à agricultura incidiram na ampliação da dependência tecnológica de muitos agricultores, os quais utilizam massivamente os insumos industriais tentando a ampliação da produtividade (PORTO-GONÇALVES, 2004; 2006; ALTIERI, 2005).

Neste sentido, conforme advoga Amin (1977), a Revolução Verde, baseada na união entre capital estrangeiro e Estado, intensificou o amálgama entre indústria e agricultura. Diversas ações e políticas estatais foram direcionadas à modernização agrícola, cuja consolidação ocorreu graças à adesão aos insumos urbano-industriais produzidos e comercializados pelas corporações transnacionais e multinacionais que dominam o setor agroquímico. As modificações tecnológicas implantadas na agricultura, tais como os grãos transgênicos, os pesticidas e os adubos químicos, têm sua venda monopolizada por um número restrito de empresas multinacionais e transnacionais (ANDRADE, 1979; WITTMAN, 2009; OLIVEIRA, 2016).

A Revolução Verde foi marcada pela mecanização agrícola, a qual promoveu o aumento do desemprego rural, uma vez que reduziu a necessidade de mão de obra no processo produtivo agrícola. Esse processo culminou na desterritorialização do campesinato, na ampliação da concentração fundiária e na intensificação da migração campo-cidade e, conseqüentemente, no surgimento de periferias sociais e favelas, especialmente em países subdesenvolvidos. Ademais, apesar de ter aumentado a produtividade agrícola, acirrou a integração e a subordinação da agropecuária ao setor financeiro-industrial (PORTO-GONÇALVES, 2006; PEREIRA, 2012). A mecanização da agricultura continua promovendo a redução dos empregos agrícolas sem que haja criação de postos de trabalho em outros setores da economia. Assim, o crescimento do desemprego e da pobreza são fenômenos mais rápidos do que a criação de empregos e a melhoria de qualidade de vida da população (OLIVEIRA, 2016).

No entanto, a Revolução Verde não solucionou os problemas alimentares mundiais, como a subnutrição e a fome. A disseminação das monoculturas propiciou a valorização de espécies mais produtivas, minorando a diversidade genética da agricultura mundial. Em virtude dos malefícios ocasionados pelos agrotóxicos e pelas sementes transgênicas ao meio ambiente e aos seres humanos, houve a deterioração da salubridade

dos gêneros alimentícios produzidos. Ocorreu também a integração de pequenos agricultores ao mercado capitalista, especialmente em países pobres da África Subsaariana, da América Latina e do Sul da Ásia, cuja produção alimentícia é exportada para países desenvolvidos, enquanto suas populações padecem com a pobreza e a fome (PEREIRA, 2012; OLIVEIRA, 2016).

No tocante à dependência tecnológica, vale ressaltar que a mecanização agrícola e o emprego de maquinários na produção estreitam a dependência do agricultor em relação ao mercado. Acerca do assunto, Kautsky (1980 [1899]) afirma que à época de seus escritos, a mecanização agrícola era mais intensa nas grandes propriedades agrícolas em comparação com as pequenas. O autor explica que em virtude da menor mecanização, as pequenas propriedades apresentam maior intensificação da força de trabalho. Sobre a temática, Marx (2013 [1867]) e Chayanov (2014 [1924]) explicam que as máquinas, de maneira geral, proporcionam significativo acréscimo na produtividade do trabalho, incidindo na minoração do preço venal das mercadorias e, conseqüentemente, reverberam na redução do tempo de trabalho necessário ao proletariado para garantia de sua subsistência.

Para Marx (2008 [1847], p. 159), “A máquina é uma reunião de instrumentos de trabalho, e não uma combinação de trabalhos para o próprio operário”. Nesta esfera, o autor afirma que as máquinas (isto é, seu uso em larga escala) datam do final do período setecentista, logo após a Primeira Revolução Industrial, marcada pela transição da manufatura para a maquinofatura. Portanto, seu emprego amplia expressivamente a produtividade justamente porque reúne diversos instrumentos de trabalho em um só objeto. Entretanto, este ganho na produtividade não incide em melhorias nas condições de trabalho, tampouco no aumento das remunerações recebidas pelo proletariado. Esse processo ocasiona o aumento da exploração da mais-valia, pois o operário fornece maior quantidade de trabalho gratuito ao capitalista, cujos lucros são majorados.

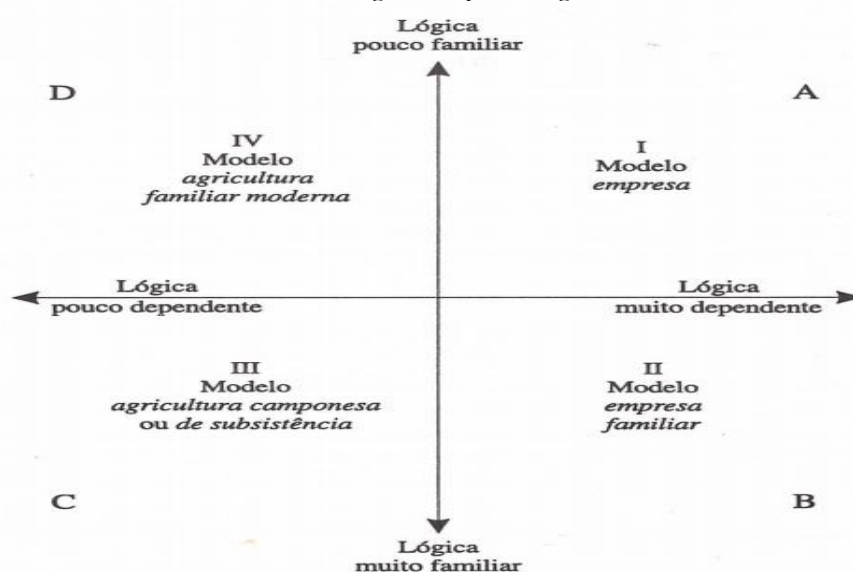
Já a dependência do mercado concerne à produção direcionada ao mercado, ou seja, à venda. Assim sendo, diz respeito à participação e à integração do agricultor na sociedade capitalista de consumo. A título de exemplo, a produção de subsistência, a qual se assenta no autoconsumo e no autoabastecimento, tem pouca dependência frente ao mercado. Em contrapartida, aqueles que produzem visando a comercialização, são muito dependentes do mercado, pois através dos rendimentos obtidos com a venda dos víveres elevam seu poder aquisitivo e compram mais mercadorias, almejando a melhoria de suas

condições de vida. Esse panorama retrata a realidade da maioria dos cafeicultores nepomucenenses, os quais vendem sua produção às cooperativas e são amplamente dependentes do mercado. Em virtude da infraestrutura de transporte, armazenamento e comercialização propiciada pelas cooperativas, os agricultores municipais se sentem seguros em confiar o destino de sua produção a essas empresas. Contudo, não procuram outras possibilidades de venda para seus víveres e comumente investem na monocultura, direcionando seu cultivo conforme os interesses dessas associações. Assim sendo, eventuais decréscimos dos preços internacionais dos gêneros cultivados, especialmente o café, repercutem diretamente na pauperização e na piora da condição de vida destes produtores agrícolas.

Os Modelos de Funcionamento dos Estabelecimentos Agrícolas segundo Hughes Lamarche

De acordo com Lamarche (2008 [1994]), existem quatro modelos teóricos de funcionamento dos estabelecimentos agrícolas (Figura 02), os quais não são absolutos. Em suas palavras, estes correspondem a sistematizações ideais para o estudo das distintas estruturas de funcionamento dos imóveis agrícolas.

Figura 02: Esquema dos Modelos de Funcionamento dos Estabelecimentos Agrícolas para Hughes Lamarche



Fonte: LAMARCHE, 2008 [1994], p. 68.

O Modelo Empresa

No modelo empresa (I), as relações produtivas são pouco ou nada familiares e há intensa dependência frente ao mercado. Os arrendamentos são frequentes e quase não há apego em relação à terra, a qual não possui vínculos com o patrimônio familiar (LAMARCHE, 2008 [1994]). Destarte, a terra é considerada mercadoria, pois não está associada ao patrimônio familiar, como ocorre com os camponeses (WANDERLEY, 1996; CHAYANOV, 2014 [1924]). No estudo de Lamarche (2008 [1994]), 16,46% (26 dos 158 imóveis avaliados) dos estabelecimentos agrícolas pesquisados no Brasil são classificados como empresas.

Em âmbito geral, a importância da participação familiar no trabalho das propriedades classificadas como empresas por Lamarche (2008 [1994]) é diminuta, representando um pequeno percentual do total de trabalho despendido neste tipo de imóvel. A maioria da força de trabalho empregada é externa e assalariada, sendo constituída por mão de obra permanente ou temporária. Há intensa dependência tecnológica, financeira e comercial em relação ao mercado. A produção é direcionada à venda, sendo intermediada por cooperativas ou empresas particulares, as quais desempenham importante papel no funcionamento destes estabelecimentos agrícolas, subordinando-os ao capital do setor urbano-industrial. Através da comercialização, esse tipo de produção anseia a obtenção de lucro, sendo notadamente capitalista. Ademais, é expressiva a contração de empréstimos, ampliando a sujeição em relação aos oligopólios do setor financeiro (LAMARCHE, 2008 [1994]; HARVEY, 2011).

É possível correlacionar o modelo empresa da tipologia de imóveis agrícolas formulada por Lamarche (2008 [1994]) à agricultura patronal, a qual também é pautada na mão de obra assalariada (MARQUES, 2008; CAUME, 2009). Neste contexto, há uma dissociação entre gestão e trabalho, pois os administradores da propriedade agrícola exploram o trabalho de proletários agrícolas. Conforme afirma Caume (2009), a produtividade é elevada, com uso intenso da mão de obra e dos fatores produtivos.

Embora muitos latifúndios e grandes propriedades agrícolas se enquadrem no modelo empresa proposto por Lamarche (2008 [1994]), nem todos os imóveis de grandes proporções podem ser assim classificados, pois muitos estabelecimentos rurais vultosos possuem importante participação familiar, sobretudo no tocante à administração. Além

disso, muitos latifúndios são caracterizados pela baixa produtividade e pela existência de terras improdutivas (ANDRADE, 1979; STÉDILE, 2012), característica divergente em relação aos objetivos dos empreendimentos capitalistas, os quais almejam o aumento da produtividade para a maximização dos lucros.

O Modelo Empresa Familiar

O modelo empresa familiar (II) também possui estreitos vínculos com o mercado, reverberando numa dependência de ordem financeira, mercantil e tecnológica. Os arrendamentos e o assalariamento estão muito presentes neste tipo de imóvel agrícola, o qual ambiciona a maximização dos lucros (LAMARCHE, 2008 [1994]). A principal diferença em relação ao modelo empresa é a relevância do papel familiar no estabelecimento, pois de acordo com Lamarche (2008 [1994]), o trabalho se estrutura na mão de obra familiar, o patrimônio é uma concepção familiar e compreende-se a terra e sua conservação vinculadas à reprodução familiar. Contudo, apesar de considerarem a terra um patrimônio familiar, os estabelecimentos do tipo empresa familiar possuem ampla dependência em relação ao mercado, pois almejam o lucro através do aumento da produtividade agrícola. No Brasil, 11,39% (18 num total de 158 unidades produtivas estudadas) dos imóveis agrícolas examinados por Lamarche (2008 [1994]) foram classificados como empresas familiares.

No tocante à presença do assalariamento na agricultura familiar, Caume (2009) mostra que percentual expressivo dos agricultores familiares brasileiros recorre à contratação de trabalhadores assalariados. Ademais, enuncia que alguns agricultores familiares também trabalham como assalariados alhures, exercendo uma dupla jornada de trabalho, fato também observado em alguns casos na conjuntura nepomucenense. A situação verificada no município de Nepomuceno é consonante aos dizeres de Kautsky (1980 [1899]), nos quais o autor disserta que, em muitos casos, os pequenos agricultores procuram trabalhos acessórios visando a ampliação das receitas obtidas e a satisfação das necessidades do grupo familiar.

Para o filósofo, o pequeno camponês busca esse tipo de trabalho quando os víveres produzidos em suas terras são insuficientes para assegurar a alimentação do núcleo familiar. Além disso, a procura é mais recorrente entre os pequenos proprietários, uma vez que os grandes fazendeiros possuem elevados rendimentos, fato que minimiza a

necessidade de fontes adicionais de receitas. O trabalho acessório pode ser exercido em uma indústria ou na lavoura de outrem, geralmente grandes proprietários fundiários (KAUTSKY, 1980 [1899]). Salienta-se que as formas de trabalho abordadas pelo autor não são excludentes e podem coexistir.

A presença do neoliberalismo na agricultura reverberou na precarização da mão de obra e na intensificação do trabalho. Nos tempos hodiernos, os moradores do campo frequentemente buscam fontes de renda externas à propriedade agrícola, as quais geralmente são insalubres e mal remuneradas (KAY, 2015). Nesta perspectiva, Carneiro (1998) afirma que a inserção dos camponeses nas fábricas como atividade complementar ou trabalho acessório (KAUTSKY, 1980 [1899]) pode favorecer o acesso à terra, equilibrando o campo em termos demográficos, ao passo que também pode colaborar para a proletarização do campesinato, dependendo da conjuntura socioeconômica e das estratégias familiares de sobrevivência.

Sob o prisma da obra de Lamarche (2008 [1994]), são poucos os imóveis agrícolas em Nepomuceno que podem ser classificados como empresas. As Fazendas Serrinha, Lagoa, Vista Alegre, Três Barras, Congonhal e Campo Limpo são exemplos de estabelecimentos rurais que se enquadram nesta categoria, pois, a despeito da administração familiar da propriedade, praticamente todos os trabalhadores contratados, sejam eles de forma permanente ou sazonal, são assalariados e não pertencem ao núcleo familiar dos donos das terras. Ademais, a produção é destinada à comercialização e intensamente mecanizada, dispendo de diversas máquinas, como adubadeiras, colheitadeiras, roçadeiras, pulverizadores, ordenhadeiras e tratores.

O emprego de sementes transgênicas, fertilizantes químicos e praguicidas também corrobora sua integração ao capital industrial. Esses proprietários fundiários recorrem com frequência a empréstimos e financiamentos, como o Financiamento de Máquinas e Equipamentos (FINAME) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), um financiamento voltado à produção e à aquisição de máquinas e equipamentos fabricados por empresas nacionais credenciadas no BNDES.

O Modelo Agricultura Familiar Moderna

O modelo agricultura familiar moderna (IV) busca a redução do papel familiar nas relações produtivas do estabelecimento. Neste sentido, almeja a libertação das limitações familiares materiais, morais e ideológicas e das dependências técnico-econômicas (LAMARCHE, 2008 [1994]). Desta maneira, ao se desvencilharem da moral e da ideologia camponesas, os agricultores familiares modernos distinguem-se dos camponeses, uma vez que, segundo Bombardi (2003), um dos aspectos basilares do campesinato é a sua ordem moral, atrelada à coletividade.

A participação familiar no trabalho do imóvel é mediana, com o uso regular de trabalhadores assalariados permanentes ou temporários. A mecanização não é tão intensa devido ao seu elevado custo, frequentemente superior à quantia financeira despendida para a remuneração da mão de obra. Apesar deste fato, os agricultores adeptos deste modelo vinculam o êxito da produção agrícola à mecanização e à aplicação constante de técnicas e capitais (LAMARCHE, 2008 [1994]).

Em consonância com Lamarche (2008 [1994]), entende-se que a agricultura familiar moderna é o modelo predominante em território brasileiro, abrangendo 50,63% dos 158 imóveis agrícolas investigados em seu estudo. Além disso, o autor afirma que muitos pequenos e médios produtores agrícolas no Brasil estão na transição da agricultura camponesa ou de subsistência para a agricultura familiar moderna, intensificando sua integração e dependência em relação ao mercado.

Ademais, a agricultura familiar moderna possui uma posição intermediária no tocante à lógica familiar do estabelecimento e à dependência em relação ao mercado, recorrendo medianamente aos empréstimos. Apesar da integração ao mercado, seus integrantes consideram a terra como patrimônio familiar e valorizam a reprodução familiar do estabelecimento. No entanto, o apego à terra não é tão intenso quanto nos imóveis camponeses. Os agricultores compreendidos neste modelo possuem relativa estabilidade, uma vez que se desprenderam das limitações financeiras impostas por uma agricultura caracterizada por uma lógica totalmente familiar, como a camponesa ou de subsistência, e aproveitam das benesses propiciadas pelos estabelecimentos familiares (LAMARCHE, 2008 [1994]).

Segundo Lamarche (2008 [1994]), a agricultura familiar moderna no Brasil é caracterizada pelo uso regular de trabalho assalariado, pois o custo da mão de obra humana é significativamente barato quando comparado ao preço do maquinário agrícola no país. Todavia, algumas máquinas são empregadas tentando a ampliação da produtividade e da competitividade frente à concorrência da agricultura patronal, a qual possui sua produção bastante mecanizada.

A agricultura familiar moderna abrange um vasto conjunto de agricultores, tanto aqueles que se configuram como representantes típicos deste modelo de funcionamento dos estabelecimentos agrícolas, quanto os produtores agrícolas situados na transição entre a agricultura familiar moderna e a empresa familiar ou na passagem da agricultura camponesa ou de subsistência para a agricultura familiar moderna (LAMARCHE, 2008 [1994]). Essa heterogeneidade de situações pode denotar a adaptação da agricultura familiar moderna em relação às transformações ocorridas na conjuntura socioeconômica ou a fragilidade deste modelo de funcionamento dos imóveis agrícolas, dependendo de cada contexto.

Alguns imóveis brasileiros estão num processo de transição do modelo agricultura familiar moderna para empresa ou empresa familiar. Essas unidades agrícolas almejam maior inserção na economia de mercado e a libertação das limitações impostas pela lógica familiar de produção e de administração das propriedades (LAMARCHE, 2008 [1994]). Assim sendo, observa-se que gradativamente os imóveis agrícolas vão aderindo à lógica empresarial, estreitando seus liames com o mercado.

No panorama nepomucenense, muitos pequenos agricultores labutam em suas terras e também são assalariados em propriedades agrícolas maiores ou em indústrias, como o Aviário Santo Antônio. As recentes crises (2013 e 2019) vivenciadas pela cafeicultura impeliram muitos agricultores ao trabalho acessório no município de Nepomuceno, os quais buscam, através dessa dupla jornada, acrescentar rendimentos financeiros às receitas obtidas com a comercialização dos víveres lavrados. Nesta esfera, durante a pesquisa de campo efetuada, muitos pequenos proprietários fundiários afirmaram que labutam também, em turno integral, em médias e grandes propriedades, como a Fazenda Congonhal, a Fazenda Vista Alegre e a Fazenda Serrinha. Portanto, além da jornada habitual de um proletário nas terras de outrem, estes agricultores também se dedicam às suas propriedades, executando uma carga desumana e insalubre de trabalho na

tentativa de majorar seus rendimentos. Assim sendo, na conjuntura municipal, a ampliação do trabalho acessório reverberou no crescimento da exploração da mão de obra agrícola.

O Modelo Agricultura Camponesa ou de Subsistência

De acordo com a tipologia lamarcheana de estabelecimentos agrícolas (Figura 02), na agricultura camponesa ou de subsistência prevalece a lógica familiar, visto que seu principal objetivo é a satisfação das necessidades familiares. Destarte, visa primordialmente a subsistência, sendo pouco dependente em relação ao mercado. Sua produção é pequena, pautando-se no uso de técnicas mais rudimentares e menos tecnológicas (LAMARCHE, 2008 [1994]). Entre os 158 imóveis pesquisados por Lamarche (2008 [1994]) no Brasil, 34 (21,52%) são avaliados como estabelecimentos nos quais prevalece a agricultura de subsistência ou a agricultura camponesa.

No tocante ao tema, é válido salientar que, de acordo com Lamarche (2008 [1994]), existem diferenças entre os estabelecimentos camponeses e os de subsistência. Conforme esclarece o autor, a unidade de subsistência é direcionada à conservação das estruturas produtivas, destinando-se ao sustento do grupo familiar. Deste modo, a terra não é considerada como patrimônio familiar, mas um capital alienável, o qual pode ser negociado, dependendo das vantagens oferecidas pela venda à família.

Nos estabelecimentos caracterizados pela agricultura de subsistência, a maior parte da produção é destinada ao autoconsumo. Apenas um pequeno excedente é direcionado à comercialização, caracterizando na ótica chayanoviana (CHAYANOV, 1974 [1925]), a produção simples de mercadorias. Os indivíduos englobados nesta classificação desejam que os filhos continuem cultivando suas terras, evidenciando elementos associados à reprodução familiar no estabelecimento. Contudo, também incentivam os filhos a estudarem, como forma de promover futuramente sua inserção no mercado de trabalho (LAMARCHE, 2008 [1994]).

Em contrapartida, o estabelecimento camponês abrange outros aspectos, uma vez que engloba também características vinculadas à cultura, aos sistemas de valores e de representação. Os agricultores camponeses compreendem a terra como patrimônio familiar, tendo a reprodução familiar do estabelecimento como um de seus principais

objetivos. Além disso, esse modelo de agricultura também é marcado pela independência em relação ao mercado, pelo diminuto uso de técnicas e pelos escassos investimentos.

Segundo Carvalho (2005), a racionalidade camponesa difere da capitalista, pois não possui como objetivo central o lucro, tampouco a acumulação capitalista. O autor demonstra que a constituição do campesinato e seu diferencial em relação aos demais grupos estão associados à práxis social, às formas de trabalho e de produção vigentes. Assim como explica Chayanov (1974 [1925]; 2014 [1924]), a parcela dos agricultores que alicerça sua produção na mão de obra assalariada não pode ser considerada camponesa, pois está imersa na práxis social capitalista.

Para Shanin (2005 [1982]), o camponês deve ser estudado e compreendido a partir dos estabelecimentos camponeses. Ademais, o autor salienta a importância da tradição oral para o campesinato, a qual constituiu uma forma de transmissão de conhecimentos e de valorização cultural deste grupo. Em geral, os camponeses mais experientes difundem os saberes coletivos através da oralidade para os mais jovens do grupo.

De modo distinto à burguesia agrária, que explora a mão assalariada do proletariado rural, o qual depende da venda de sua força de trabalho para a subsistência, o autor considera os camponeses como um grupo que se reproduz a partir da produção rural, seja ela agrícola, pecuária, extrativista ou não pecuária. Em sua ótica, a qual se aproxima do pensamento chayanoviano (CHAYANOV, 1974 [1925]; 2014 [1924]), a autorreprodução familiar é elemento capital nas unidades camponesas e as atividades desenvolvidas giram em torno dessa questão (CARVALHO, 2005).

Em contrapartida, nos imóveis agrícolas capitalistas, o objetivo primordial é o lucro e a acumulação de capital pelos proprietários fundiários, os quais exploram a mão de obra do proletariado agrícola, cujo resultado do trabalho é um salário, muito inferior ao valor por ele produzido, propiciando a extração da mais-valia e a apropriação do sobretrabalho pela burguesia agrária. Deste modo, os estabelecimentos camponeses se caracterizam pela indissociabilidade entre produção e consumo.

Os Estabelecimentos Agropecuários de Nepomuceno-MG segundo os Modelos de Funcionamento de Hughes Lamarche

Aplicando a tipologia elaborada por Lamarche (2008 [1994]) ao panorama agrário nepomucenense, é notável que a maioria dos estabelecimentos agrícolas do município possui caráter familiar, com importante participação do núcleo familiar no trabalho e na administração das propriedades. Mesmo naquelas em que há contratação de trabalhadores temporários para a colheita do café, os membros do núcleo familiar permanecem labutando no trabalho agrícola. Todavia, destacam-se também a dependência e a integração em relação ao mercado, facilitadas pela ação das cooperativas cafeeiras no município. A dependência tecnológica afeta bastante os agricultores nepomucenenses, uma vez que empregam grande quantidade de insumos e técnicas urbano-industriais no processo produtivo agrícola, como os agrotóxicos, as sementes transgênicas e as máquinas agrícolas.

A dependência financeira também é expressiva, pois parcela significativa dos produtores agrícolas entrevistados relatou a assunção de crédito e de empréstimos para compra de insumos e maquinários utilizados na produção. Além disso, alguns agricultores declararam a aquisição de dívidas decorrentes dos empréstimos formais e informais adquiridos, as quais comprometem as receitas e a qualidade de vida da família, pois parte dos rendimentos familiares é aplicada mensalmente para o pagamento dos juros dos débitos vigentes, minorando a quantia financeira destinada à aquisição de víveres para o grupo familiar. Os agricultores também possuem acentuada dependência em relação ao mercado, pois a maioria deles pauta sua produção na monocultura cafeeira, direcionando a venda do grão às cooperativas.

No município de Nepomuceno, as unidades agrícolas caracterizadas como empresa e/ou empresa familiar, segundo a classificação de Lamarche (1993 [1991]; 2008 [1994]), possuem amplo acesso à motorização e à mecanização agrícola, com máquinas e equipamentos de robusta tecnologia e boa infraestrutura de armazenamento e transporte da produção. Embora a administração desses estabelecimentos agropecuários seja preponderantemente familiar, a força de trabalho empregada é não familiar. Como a produção é mecanizada, poucos são os postos permanentes de trabalho gerados. A maior oferta de empregos temporários ocorre durante o período da colheita do café.

A realização de empréstimos e financiamentos é algo comum, ocasionando endividamentos que, de maneira geral, não afetam significativamente a condição de vida desses agricultores, pois dispõem de expressivo capital para o pagamento das dívidas contraídas. Muitos financiamentos são obtidos por intermédio do BNDES-FINAME, principalmente para a compra de máquinas e automóveis e o custeio da produção. Dentre os gêneros lavrados, destacam-se as monoculturas direcionadas à exportação, como o caso do café e da soja. É comum o cultivo de milho para a produção de ração e silagem, visando a alimentação de bovinos e galináceos.

Em geral, esses estabelecimentos agrícolas possuem entre 4 e 15 módulos fiscais, sendo classificados, de acordo com o INCRA, como médias propriedades rurais. A produtividade obtida é elevada, em virtude do uso intensivo da terra, do maquinário de alta tecnologia e do emprego frequente de adubos químicos, praguicidas, sementes transgênicas e hormônios animais. Apesar da massiva utilização de insumos agroindustriais na produção, algumas práticas sustentáveis, como o plantio em curvas de nível, a utilização de árvores como quebra-ventos, a adubação orgânica, a rotação e o consórcio de culturas, são realizadas. Segundo a EMATER (2019), essas propriedades produziram, em média, 3 mil sacas de café no ano de 2018 em Nepomuceno.

Já a agricultura familiar moderna engloba a maioria das propriedades agrícolas no município. Em Nepomuceno, os agricultores pertencentes a essa categoria utilizam praguicidas, fertilizantes químicos e grãos transgênicos no processo produtivo, mas dispõem de reduzido maquinário e não possuem automóveis para o transporte da produção, principalmente pela ausência de recursos financeiros e escassez de rendimentos para a obtenção de vultosos financiamentos, uma vez que os altos preços dos automóveis e dos maquinários mais robustos os tornam inacessíveis para a maioria dos agricultores. Há predomínio da monocultura de café direcionada à comercialização, especialmente por intermédio das cooperativas.

A contração de empréstimos é comum, especialmente por meio do PRONAF, para investimentos na produção, como a aquisição de insumos, e o custeio da produção. De acordo com dados da EMATER (2019), a produção cafeeira média desses agricultores em 2018 no município de Nepomuceno girou em torno de 500 sacas. Entretanto, o crédito disseminado reverbera no endividamento desses produtores, causando piora na sua condição de vida, uma vez que parte das receitas anuais é utilizada para o pagamento dos

juros. No tocante à dimensão das terras, predominam os minifúndios, com dimensão inferior a 1 módulo fiscal (o qual corresponde a 26 hectares em Nepomuceno), e as pequenas propriedades rurais, cujas áreas variam entre 1 e 4 módulos fiscais.

Os poucos imóveis agrícolas que podem ser classificados como agricultura camponesa ou de subsistência apresentam equipamentos agrícolas simples e arcaicos. A dimensão de suas terras é pequena, abrangendo principalmente minifúndios. Sua produção é destinada preferencialmente ao autoconsumo, enquanto o excedente é comercializado em feiras livres, hortifrúteis ou no próprio estabelecimento. O processo produtivo apresenta uma relação harmoniosa com os solos e os recursos hídricos. Seus habitantes conciliam a adubação orgânica e a artificial, e não empregam praguicidas, tampouco sementes transgênicas, na produção. Assim, apresentam maior autonomia nos processos de produção e comercialização dos víveres cultivados. Apesar de suas exíguas receitas monetárias, são raros os casos de agricultores endividados, uma vez que a adesão a empréstimos e financiamentos é pequena. Embora apresentem menor renda monetária que os demais tipos de agricultores, apresentam dietas alimentares caracterizadas pela diversidade de gêneros consumidos, em virtude da conjugação entre policultura e pecuária em seus imóveis.

Deste modo, com base nos modelos de funcionamento dos imóveis agrícolas sistematizado por Lamarche (2008 [1994]), observou-se que a maioria dos agricultores nepomucenenses se enquadra no modelo agricultura familiar moderna (conforme ilustra a tabela 01), caracterizado pela proeminente lógica familiar, mas com expressiva dependência em relação ao mercado, tanto no setor financeiro, quanto no aspecto tecnológico e no destino final da produção. Neste sentido, a agricultura em Nepomuceno experimenta um panorama similar à conjuntura agrária nacional, na qual há predominância de dois modelos - a agricultura camponesa ou de subsistência e a agricultura familiar moderna (LAMARCHE, 1993 [1991]).

Tabela 01: Características da Agricultura Familiar Moderna
Presentes nos Estabelecimentos Agropecuários de Nepomuceno-MG

Característica do Modelo Agricultura Familiar Moderna	Crítérios Utilizados	Quantidade Total e Percentual
Mão de Obra	Trabalhadores Temporários ou Parceiros	757 (49,44%)
	Emprego de Mão de Obra Familiar	1.525 (99,61%)
	Pagamento de Salários	695 (45,40%)
Dependência Tecnológica	Uso de Agrotóxicos	1.208 (78,90%)
	Uso de Adubos Químicos	1.334 (87,13%)
	Emprego de Máquinas	836 (54,60%)
Dependência Financeira	Financiamentos/Empréstimos Agrícolas	293 (19,14%)
	PRONAF	166 (10,84%)
	Estabelecimento como Principal Fonte de Renda	769 (50,23%)
Dependência e Vínculo com o Mercado	Associação com as Cooperativas	1.033 (67,47%)
	Assistência Técnica	763 (49,84%)
	Finalidade - Comercialização da Produção	1.522 (99,41%)

Fonte: IBGE. **Censo Agropecuário - 2017.** Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

Os dados da tabela 01, baseados no Censo Agropecuário realizado em 2017 (IBGE, 2018), evidenciam que a agricultura do município de Nepomuceno possui as quatro principais características que definem a agricultura familiar moderna (LAMARCHE, 1993 [1991]; 2008 [1994]). Isto é, há predomínio da mão de obra familiar nas propriedades agropecuárias, embora a contratação de trabalhadores temporários e o trabalho assalariado estejam presentes em quase metade dos estabelecimentos nepomucenenses. Ademais, a dependência tecnológica e financeira em relação ao mercado é intensa, uma vez que o emprego de insumos urbano-industriais no processo produtivo agrícola é frequente e a finalidade preponderante da produção é a venda, sobretudo por intermédio da filiação às cooperativas. É importante frisar que os dados relativos aos financiamentos e empréstimos agrícolas fornecidos pelo Censo Agropecuário (IBGE, 2018) se referem apenas ao ano de 2017. Por conseguinte, não abrangem empréstimos e/ou financiamentos de anos anteriores, tampouco contemplam o endividamento dos agricultores.

No tocante à dependência tecnológica, 78,90% dos estabelecimentos agropecuários utilizam praguicidas, enquanto 87,13% empregam adubos químicos na produção e 54,60% usam máquinas com frequência no processo produtivo. Quanto à

dependência em relação ao mercado, 67,47% dos imóveis agrícolas nepomucenenses estão associados com cooperativas, enquanto 99,47% têm como objetivo principal a venda da produção. A respeito da dependência financeira, 19,14% dos estabelecimentos agropecuários adquiriram financiamentos e/ou empréstimos apenas no ano de 2017 (IBGE, 2018).

Conclusões

Portanto, em Nepomuceno, a contração de empréstimos e crédito, o direcionamento da produção à venda e a integração com as cooperativas são alguns dos fatores que corroboram a perda de soberania alimentar dos agricultores familiares locais. A adesão aos insumos oriundos da Revolução Verde e a intensificação do vínculo com o mercado minoraram a autonomia da produção agrícola municipal.

Com base nos procedimentos metodológicos adotados, compreende-se que a agricultura familiar municipal foi integrada ao modo de produção capitalista por meio da ação das cooperativas e de diversas estratégias engendradas pelos atores capitalistas. Assim, com base na tipologia de Lamarche (1993 [1991]; 2008 [1994]), pode-se afirmar que em Nepomuceno, o camponês foi convertido em agricultor familiar moderno, integrado e dependente do mercado.

Referências

ALTIERI, M. The Myth of Coexistence: Why Transgenic Crops Are Not Compatible With Agroecologically Based Systems of Production. **Bulletin of Science, Technology & Society**, v. 25, n. 04, p. 361-371, 2005.

AMIN, S. O capitalismo e a renda fundiária (A dominação do capitalismo sobre a agricultura). In: AMIN, S. ; VERGOPOULOS, K. **A Questão Agrária e o Capitalismo**. Tradução de Beatriz Resende. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977, p. 09-42.

ANDRADE, M. C. **Agricultura & Capitalismo**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

BOMBARDI, L. M. O papel da geografia agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 07, n. 14, p. 107-117, 2003.

BRASIL. **Lei nº. 6.746**, de 10 de dezembro de 1979. **Diário Oficial da União**. 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6746.htm>. Acesso em: 29 set. 2019.

BRASIL. **Lei nº. 11.326**, de 24 de julho de 2006. **Diário Oficial da União**. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em: 03 set. 2019.

CARNEIRO, M. J. **Camponeses, Agricultores e Pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

CARVALHO, H. M. **O Campesinato no Século XXI**: Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

CAUME, D. J. Agricultura Familiar e Agronegócio: falsas antinomias. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 01, p. 26-44, 2009.

CHAYANOV, A. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Editora Nueva Visión, 1974 [1925].

CHAYANOV, A. Teoria dos Sistemas Econômicos Não Capitalistas. In: CARVALHO, H. M. (Org.). **Chayanov e o Campesinato**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2014 [1924], p. 99-137.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Entrevistas Realizadas com os Funcionários da EMATER em Nepomuceno no Mês de Janeiro de 2019**. Nepomuceno: EMATER-MG, 2019.

HARVEY, D. **O Enigma do Capital e as crises do capitalismo**. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Editora Boitempo, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dados Preliminares do Censo Agropecuário de 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

KAUTSKY, K. **A Questão Agrária**. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980 [1899].

KAY, C. The Agrarian Question and the Neoliberal Rural Transformation in Latin America. **European Review of Latin American and Caribbean Studies**, n. 100, p. 73-83, 2015.

LAMARCHE, H. **Agricultura Familiar**: Comparação Internacional. Volume I – Uma realidade multiforme. Tradução de Angela Maria Naoko Tijiwa. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993 [1991].

LAMARCHE, H. **Agricultura Familiar**: Comparação Internacional. Volume II – Do mito à realidade. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008 [1994].

MARQUES, M. I. M. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 11, n. 12, p. 57-67, 2008.

MARX, K. **Miséria da Filosofia**. Tradução de Torrieri Guimarães. São Paulo: Editora Martin Claret. 2008 [1847].

MARX, K. Maquinaria e Grande Indústria. In: ANTUNES, R (Org.). **A Dialética do Trabalho II** – Escritos de Marx e Engels. 1. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013 [1867], p. 67-156.

NAVARRO, Z. A Agricultura Familiar no Brasil: Entre a Política e as Transformações da Vida Econômica. In: GASQUES, J. G. ; VIEIRA FILHO, J. E. R. ; NAVARRO, Z. (Org.). **A Agricultura Brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília: IPEA, 2010, p. 185-209.

OLIVEIRA, A. U. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Iãnde Editorial, 2016.

PEREIRA, M. C. B. Revolução Verde. In: CALDART, R. S. ; PEREIRA, I. B. ; ALENTEJANO, P. ; FRIGOTTO, G. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Editora Expressão Popular, 2012, p. 687-691.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **O Desafio Ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 08, n. 07, p. 01-21, 2005 [1982].

STÉDILE, J. P. **A Questão Agrária no Brasil** – Programas de reforma agrária – 1946-2003. 2. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2012.

WANDERLEY, M. N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: ANAIS DO XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, XX, 1996, Caxambu: ANPOCS, 1996, p. 01-18.

WITTMAN, H. Reworking the metabolic rift: La Vía Campesina, agrarian citizenship, and food sovereignty. **Journal of Peasant Studies**, Hague, v. 36, n. 04, p. 805-826, 2009.

Sobre o autor

Lucas Guedes Vilas Boas

Licenciado e Bacharel em Geografia – UFJF, especialista em Ciências Humanas e Saúde – UFJF, Mestre em Geografia – UFJF, doutor em Geografia – UFMG e Professor Adjunto - CEFET/MG.

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 18, v. 03, p. 9-32, maio-ago. Ano 2020.

ISSN: 1984-1647

Como citar esse artigo

VILAS BOAS, Lucas Guedes. Os estabelecimentos agropecuários do município de Nepomuceno-MG segundo as categorias de Hughes Lamarche. **Revista Geografia em Atos (GeoAtos online)**, v. 03, n. 18, p. 9-32, maio-ago, 2020. DOI: 10.35416/geoatos.v3i18.7672

Recebido em: 2020-05-02
Enviado para correções em: 2020-06-30
Aceito em: 2020-07-11